



PSD **p.8**

“O PS tem a responsabilidade de apresentar alternativas”, considera Moreira da Silva



Governo **p.9**

Governo apresenta resultados eficazes no combate à fraude na saúde

POVO LIVRE



nº 1776

3 de abril de 2013

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

“Moção de censura perversa”

O Primeiro-Ministro no debate da moção de censura

Governo **p.7**

“Portugal e a Suécia têm uma visão muito aproximada do que é necessário fazer nesta crise”

Parlamento **p.11**

“O PS foge de José Sócrates como quem foge do diabo” - Luís Campos Ferreira

Moção de censura perversa



Após a abertura do debate pelo Partido Socialista, como originador da moção, falou o Chefe do Governo, que desmascarou, com bastante dureza, a acção e intenções dos socialistas, lembrando que a moção de censura do PS ao Governo é perversa, por vir de quem conduziu o País ao “precipício financeiro”, injustificada face aos resultados e infeliz no tempo.

Na intervenção durante o debate da moção de censura do PS, Pedro Passos Coelho assinalou que o Governo PSD/CDS-PP está a negociar, em coordenação com o executivo irlandês, a “extensão das maturidades dos empréstimos europeus da troika, que culminará dentro de pouco mais de uma semana nas reuniões que terão lugar em Dublin”.

“O PS mostra que nem aquilo que ele próprio considera como de relevante interesse nacional o impede de levar por diante o seu propósito interno de criar ruptura com o governo e instabilidade política no país”, acrescentou Passos Coelho, acusando a direcção socialista de António José Seguro de agir em função do “calendário partidário, em detrimento do calendário relevante para o país”.

Numa alusão aos anteriores governos, o Primeiro-ministro perguntou “com que autoridade censura o PS estes resultados que, no passado, foi ele próprio incapaz de atingir”.

Passos Coelho afirmou que o PS foi “o partido que mais aumentou o défice”, que “menos reformas estruturais realizou”, que “mais poupança destruiu e mais desequilíbrio externo provocou”.

Quanto à actuação do Governo PSD/CDS-PP, reclamou que está a diminuir o défice, que é “a maioria que mais reformas tem produzido em Portugal”, que “mais conseguiu elevar a poupança e reduzir o défice da balança corrente”.

“Em suma, é espantoso, para não dizer perverso, que o partido que conduziu o país ao precipício financeiro e que negociou o resgate externo apareça agora a censurar a maioria e o Governo apenas porque estamos a cumprir os termos desse resgate e damos a cara pelo ajustamento inevitável a que nos conduziram. A censura apresentada



pelo PS não é apenas perversa e injustificada face aos resultados obtidos. Ela é também infeliz no tempo em que se conjuga”, concluiu.

A declaração inicial do Primeiro-Ministro

O Partido Socialista formalizou a moção de censura que vinha insinuando e vinha, de facto, preparando desde há muito tempo. Com este gesto político, o Partido Socialista resume uma escolha construída em favor da radicalização na confrontação política com o governo e assinala a sua opção de dar preferência ao calendário partidário em detrimento do calendário relevante para o país.

Parece bastante claro que, para o País e para os portugueses, a prioridade é vencer a emergência nacional que se instalou a partir de Maio de 2011, quando estivemos à beira da bancarrota; e reconquistar a nossa autonomia orçamental no quadro europeu, cuidando de garantir progressivamente o acesso a financiamento junto dos investidores externos. Os portugueses sabem que o difícil e exigente processo que nos permite alcançar este objectivo está fortemente correlacionado com a nossa capacidade para recuperar da profunda crise que tem marcado o ajustamento económico e deverá coincidir com o regresso do investimento que suporta o crescimento da economia e a criação de emprego. Sem vencer a emergência nacional, ou seja, sem cumprir o essencial do



Programa de Assistência Económica e Financeira, não há confiança suficiente para resgatar a autonomia nem há acesso a financiamento. Sem confiança, sem autonomia e sem financiamento não haverá senão uma liberdade muito limitada e, certamente, haverá uma perpetuação da dor social e económica, com o aprofundamento do desemprego e das injustiças sociais.

Deste modo, para Portugal e para os portugueses, o calendário relevante é o que está associado à conclusão do Programa de Assistência Económica e Financeira, previsto para Maio de 2014. E a questão pertinente que nessa dimensão temporal se coloca é a de saber se estamos ou não a evoluir de modo favorável ao nosso objectivo de sair da emergência nacional e concluir o Programa negociado com os nossos parceiros europeus e com o FMI. Ora, a resposta a esta pergunta tem sido dada regularmente pela própria Troika ao longo de sucessivos exames regulares. Apesar das dificuldades acrescidas resultantes do enfraquecimento do contexto europeu, e apesar ainda dos desafios orçamentais suscitados por um ajustamento económico mais rápido e profundo do que o esperado inicialmente ao longo de 2012, Portugal tem obtido avaliações positivas durante quase 2 anos de execução do Programa.

De facto, nas três dimensões relevantes, Portugal apresenta hoje progressos importantes. Na dimensão estrutural, as reformas têm vindo a ser preparadas e executadas dentro dos prazos acordados e respeitam o propósito de tornar a nossa economia mais competitiva, concorrencial e aberta, rompendo com o imobilismo e a estagnação de mais de uma década. Na dimensão financeira, a estabilização tem sido reforçada e o nosso sistema financeiro está hoje devidamente capitalizado, deixando progressivamente de estar viciado em políticas de crédito insustentável e merecendo a confiança dos aforradores. Na dimensão macroeconómica, os desequilíbrios persistentes na balança externa e no défice público têm vindo a ser corrigidos de forma significativa, com a economia a registar pela primeira vez em muitos anos um excedente sobre o exterior e com o Estado a reduzir o défice em termos estruturais em mais de 6 pontos percentuais do PIB em apenas dois anos.

Pergunta-se, então, por que razão apresenta o Partido Socialista uma moção de censura ao governo neste contexto? E sobretudo, com que autoridade censura o PS estes resultados que, no passado, foi ele próprio incapaz de atingir? É realmente espantoso ver o Partido que mais aumentou o défice do Estado em Portugal censurar a maioria que o está a diminuir. Ou ver o Partido que menos reformas estruturais realizou, quando teve bastante e melhor oportunidade para as concretizar, censurar a maioria que mais reformas tem produzido em Portugal. Ou mesmo ver o Partido que mais poupança destruiu e mais desequilíbrio externo provocou censurar a maioria que mais conseguiu elevar a poupança e reduzir o défice da balança corrente. Em suma, é espantoso, para não

dizer perverso, que o Partido que conduziu o país ao precipício financeiro e que negociou o resgate externo apareça agora a censurar a maioria e o governo apenas porque estamos a cumprir os termos desse resgate e damos a cara pelo ajustamento inevitável a que nos conduziram.

Censura perversa em que os infractores iniciais se transformam em juizes...

Mas a censura apresentada pelo PS não é apenas perversa e injustificada face aos resultados obtidos. Ela é também infeliz no tempo em que se conjuga. Não me refiro apenas à incerteza envolvendo a área do euro, mais recentemente relacionada com Chipre. Pretendendo temporalmente associar a discussão da censura política à decisão que o governo português está a negociar, em coordenação com o governo irlandês, da extensão das maturidades dos empréstimos europeus da Troika, que culminará dentro de pouco mais de uma semana nas reuniões que terão lugar em Dublin, o Partido Socialista mostra que nem aquilo que ele próprio considera como de relevante interesse nacional o impede de levar por diante o seu propósito interno de criar ruptura com o governo e instabilidade política no país.

Este comportamento chega mesmo a ser paradoxal, como já se comprovou em múltiplas ocasiões. Por exemplo, o PS considerou que era importante obter junto da Troika mais tempo para a trajectória de consolidação orçamental. Mas censura o governo por ter, em Setembro do ano passado e em Março último, obtido justamente maior flexibilidade para as metas traçadas. Ora, sendo esta uma questão que não é secundária, já que uma possível inflexibilidade da Troika originada por um padrão de incumprimento por parte do governo português poderia custar mais austeridade e sacrifícios aos portugueses, como pode o Partido Socialista censurar em vez de se congratular com tais resultados mais flexíveis?

O mesmo com os prazos de reembolso dos empréstimos europeus. Sabemos que os prazos negociados pelo PS apresentam uma concentração muito elevada de pagamentos entre 2015 e 2016 e depois em 2021 que agravam a percepção de risco sobre a dívida portuguesa e dificultam a realização de emissões a 10 anos, indispensáveis ao regresso a financiamento normal. Por que razão decide o PS criar, então, um clima de instabilidade política e de divergência face ao exterior que é prejudicial ao bom resultado que precisamos de obter para Portugal nestas duas semanas?

Tratando-se do principal partido da oposição, isto é, do partido ao qual cabe a natural responsabilidade de construir a alternativa democrática no País, este comportamento radical só pode trazer intranquilidade aos portugueses e receios e dúvidas junto dos nossos parceiros externos e dos investidores em geral. Ninguém deve esperar do maior partido da oposição que não seja

oposição, como lhe compete. Mas, numa conjuntura desta relevância histórica, exigir-se-ia que a oposição que aspira a ser governo soubesse afirmar as suas diferenças sem urdir um clima de ruptura que só prejudica o país e os portugueses.

Quando afirma, perante o exterior do qual dependemos financeiramente, que pretende eleições e um novo governo que renegoceie o Programa de Assistência, o Partido Socialista está de facto a dizer que pretende um segundo programa de assistência, com mais tempo e mais dinheiro portanto, não porque a adversidade externa o pudesse hipoteticamente tornar inevitável, mas porque, enquanto futuro governo, decidiria voluntariamente não cumprir o Programa em vigor.

Quando o PS clama pelo fim da austeridade e pelo regresso a políticas desastrosas de aumento do défice, o que realmente está a indicar para fora do país é que, no que depender dos socialistas, Portugal não cumprirá as suas obrigações. Julga, inexplicavelmente, que esta atitude lhe granjeará mais respeito e boa vontade dos parceiros europeus. Qualquer cidadão sensato percebe que o resultado só pode ser o oposto.

Mas o PS, quando incita ao fim da austeridade, a que austeridade se refere realmente? À que está implícita no corte salarial médio de 5% na função pública que ele próprio aprovou em 2010 para os anos seguintes?



Ou será que se refere à austeridade da contribuição extraordinária de solidariedade? Sim, à contribuição a aplicar às pensões mais elevadas que ele próprio criou em 2010 para os anos seguintes? E também à proposta da contribuição sobre as pensões acima de 1500 euros que incluiu no famoso PEC 4 e que negociou e inseriu no Memorando de Entendimento, apesar de solicitar ao Tribunal Constitucional que declare a inconstitucionalidade da medida que lhe servia quando estava no governo mas que contesta agora na oposição?

O PS não tem uma estratégia consistente e alternativa para Portugal

O Partido Socialista não tem hoje, infelizmente, uma estratégia consistente e alternativa para Portugal. Sabe que o país não dispõe de autonomia orçamental, mas é incapaz de defender a austeridade que antes lhe servia. O PS aprova o Tratado Europeu de Estabilidade Orçamental que impõe a regra de ouro e o equilíbrio das contas públicas mas é incapaz de se mostrar disponível para discutir ou simplesmente mostrar as poupanças que é necessário realizar no país para cumprir as regras que também diz defender no seio do euro. O PS mostra-se inconsolável com a dor do processo de ajustamento que ele próprio tornou inevitável e queixa-se do elevado

desemprego, que é certamente a maior chaga social que temos em Portugal. Mas é incapaz de apresentar uma solução honesta que resolva esses problemas de forma diferente da que o actual governo prossegue. Alimenta a ideia simplista, quase infantil, de que o problema se resolve parando com a austeridade e apostando no crescimento, como se fosse possível encontrar financiamento para crescer sem gerar confiança nos investidores e sem demonstrar vontade para reduzir a despesa que gera a dívida quando esta é demasiado pesada.

Não deixa de ser irónico, num momento em que a vertigem do passado recente insiste em estar tão presente, que tudo isto ocorra em vésperas de se assinalar o 30º aniversário da posse do governo de coligação liderado pelo Partido Socialista que assumiu a responsabilidade de pedir o auxílio externo do FMI em 1983. O objectivo óbvio era, então, evitar uma gravíssima crise de pagamentos obtendo o necessário empréstimo externo, para o que se teve de executar um plano de assistência financeira duríssimo com submissão a forte austeridade. Nessa altura, o PS resistiu à solução radical da extrema-esquerda. E, com frequência quase diária, teve de ripostar à demagogia que agora, em 2013, acolhe como discurso oficial passando de vítima a vitimador.

Mas nós cá prosseguiremos o nosso caminho de trabalhar para mudar Portugal e para conquistar uma esperança que mobilize os portugueses. Sabendo que as dificuldades são enormes e que os sacrifícios têm sido extraordinários. Sabendo que a recuperação será lenta e recheada de riscos, exigindo o melhor de todos nós com grande persistência. Sabendo que a correcção dos desequilíbrios e das injustiças nos trará incompreensões e cada vez mais demagogia.

A proposta do PS é uma visão panfletária que explora demagogicamente a insatisfação

Na verdade, a proposta que o PS apresenta ao País está ao nível do teor da moção de censura que hoje discutimos. Trata-se de uma visão panfletária que explora demagogicamente a insatisfação com a crise e que não sugere qualquer ideia construtiva e realista diferente da que o País vem trilhando. Está, portanto, ferida no essencial porque não representa um caminho alternativo credível que pudesse ser consequente. E está ferido ainda por atraiçoar o mandato de verdadeira mudança que os portugueses confiaram, em Junho de 2011, tanto à maioria, no governo, como ao partido Socialista, na oposição.

Portugal e os portugueses merecem todo o nosso respeito e o nosso empenho. Mas Portugal e os portugueses mereciam certamente mais do PS de hoje. Muito Obrigado!

No período de perguntas e respostas



O PSD comparou António José Seguro ao presidente francês, François Hollande, que “quis ser o salvador da Europa”, e acusou-o de apenas “tentar ganhar eleições”, enquanto o líder socialista advertiu que não será “cúmplice da tragédia social”.

Numa pergunta dirigida ao secretário-geral do PS, o vice-presidente da bancada ‘laranja’ Miguel Frasquilho lembrou que o país vive “tempos excepcionais” em que “o jogo político não devia ter lugar” e “todos têm de estar à altura das responsabilidades”.

O deputado do PSD acusou Seguro de ter “duas caras”, ao “prometer ilusões” aos portugueses e “na vertente externa prometer aos credores que cumpre tudo como foi acordado”.

Frasquilho afirmou que a moção de censura do PS prejudica a imagem de Portugal, que disse ser “percebido como um país cumpridor, juntamente com a Irlanda”, e acusou o líder socialista de estar “a cometer alguns dos erros” que François Hollande “cometeu em França quando quis ser o salvador da Europa”.

Luís Montenegro, líder parlamentar do PSD, toma a palavra pouco depois e atacou António José Seguro. “Quando o maior partido da oposição apresenta uma moção de censura tem assim acorrentada a apresentação de alternativas e não ideias avulsas”, diz. “Sr. primeiro-ministro quem hesita tanto quando confrontado com a realidade concreta não tem verdadeiras alternativas”.



prossegue Montenegro, que agora diz que “houve um regresso ao ilusionismo político” do Governo de Sócrates como a via que está a ser seguida pelo PS. “Esta moção de censura é irresponsável do ponto de vista político. É politicamente frouxa porque não oferece uma saída a Portugal. É um mero exercício de afirmação política. O país não merece este PS”, afirma o deputado do PSD.

João Almeida, do CDS-PP, toma a palavra. “Aquilo que o PS nos traz não é uma alternativa”. “O Governo tem de mostrar que o rumo que está a ser seguido faz sentido. Os resultados não estão a ser o que estavam previstos por isso é preciso explicá-los”, declarou.

Nuno Magalhães, líder parlamentar do CDS, começa a falar, dizendo que esta é uma moção de censura “legítima mas irrelevante na inconsequência e inoportuna no tempo para o país”. “É uma moção que é uma moção ao passado recente, naquilo que julgamos ser uma oportunidade futura mas que não resolve nada do presente”, continua. “O país que hoje fica a saber é que o PS não tem uma alternativa governativa. Não conhecemos por parte do PS nenhuma alternativa credível”, diz Magalhães. “O PS parece fingir que não teve responsabilidade política nos últimos anos”, refere ainda o deputado do CDS-PP.

Passos Coelho respondeu em conjunto a PCP, BE e PEV. O PM elogia a posição de coerência toda pelo PCP dentro e fora do Parlamento, apesar de não ser a dele. “Respeito a posição do PCP. Tem sido uma posição de coerência”, diz, acrescentando que não é assim que a maioria do país pensa. Quanto a Catarina Martins, Passos diz que não informação privilegiada em relação ao Tribunal Constitucional por isso não sabe o que irá ser decidido. Mas garante que não aumentar o salário mínimo não é sabotar o país. Quanto ao PEV, Passos Coelho, sobre a aprovação dos PEC, diz que o PSD diz que tiveram uma atitude totalmente diferente do PS de agora. Que deram todas as condições para o Governo de Sócrates poder cumprir.

Passos Coelho respondeu, em geral, às bancadas parlamentares. Primeiro dirigiu-se a Seguro e comentou a carta enviada hoje pelo PS à troika, dizendo que “para dentro tem um discurso do bota abaixo” e para fora assume uma postura de responsabilidade. “Não apresenta uma alternativa séria para os portugueses e para Portugal”, declara o PM. “Nenhum Governo na Europa, e principalmente que esteja sob assistência financeira, deve apresentar o seu falhanço dizendo que não cumpre as metas que estão estabelecidas”, prossegue Passos Coelho. “Todos os resultados que apresentamos, ao contrário do Governo anterior, mostram que baixamos a despesa”, refere ainda. Passos Coelho desafia Seguro a apresentar as suas alternativas. “Não se refugie em frases ocas, não se refugie em slogans, diga ao que vem”, acusa. “Esta maioria, que são dois partidos, está bem mais unida que o Partido Socialista, que é só um partido”, declara Passos, arrancando muitos aplausos. O PM defende também Cavaco Silva, dizendo que o PR “não está ao serviço de um partido, está ao serviço do País”.

Ministro das Finanças

Várias perguntas e comentários antecederam a resposta global, em discurso, do Ministro das Finanças. Assim, Pedro Filipe Soares, do BE, diz. “A crise política só se resolve de uma maneira, com recurso a eleições”.

António Filipe, do PCP: “O sr. ministro trouxe a agenda política do Governo, que é a destruição do Estado Social”, declarou. “O memorando da troika não é encarado como uma fatalidade pelo Governo”, refere também. “Com este Governo não há alternativa”, diz.

João Galamba, do PS, diz que este Governo não tem qualquer credibilidade porque não aprende com os seus erros. “O sr. ministro promete crescimento com fantasias”.

Pouco depois das 5 horas, Vitor Gaspar toma a palavra e silencia os críticos. Segue o texto completo da intervenção do Ministro

Texto completo da declaração do Ministro das Finanças

«Portugal vive um momento grave. Um momento de crise. Uma crise financeira, económica, social e política.

As raízes da crise são antigas e profundas. As suas causas derivam da incapacidade de adaptação da sociedade portuguesa às realidades da vida económica



e financeira dentro da área do euro. O período desde a adesão à moeda única foi, para Portugal, um período de oportunidades perdidas e transformações adiadas. A estabilidade financeira, o crescimento sustentado, a competitividade e a criação de emprego, dentro da área do euro, exigem formas de actuação diferentes das que se verificaram, em Portugal, no final do século XX.

Os benefícios associados à participação na União Monetária exigem a adopção de práticas institucionais adequadas a um novo modelo económico e financeiro sustentável.

Aquando da adesão ao euro, os elementos da transformação institucional estavam já bem identificados: em primeiro lugar, era decisivo alterar regras e procedimentos para garantir a disciplina orçamental. Em segundo lu-

gar, era fundamental assegurar a estabilidade financeira no quadro da integração europeia. Em terceiro lugar, era necessário garantir flexibilidade no mercado de trabalho e nos mercados de produtos. Finalmente, era decisivo tornar a economia portuguesa mais concorrencial, mais competitiva, mais aberta ao exterior e menos dependente do Estado e de grupos de interesse particulares.

O diagnóstico foi feito atempadamente. Cabia ao sistema político liderar o processo e assegurar a transformação. Isso não aconteceu.

Os custos foram enormes: estagnação económica, aumento de desemprego, aumento persistente do endividamento.

Em 2005, Olivier Blanchard dedicou-se à análise do ajustamento de Portugal à participação na área do

euro. O agora economista-chefe do Fundo Monetário Internacional concluiu: "A economia portuguesa está em situação difícil: o crescimento da produtividade é anémico. O crescimento é muito baixo. O défice orçamental é elevado. O défice da balança de transacções correntes é muito elevado."

Durante mais de uma década, assistimos a um aumento generalizado do endividamento. A procura interna excedeu sistematicamente a oferta interna, como ilustram os persistentes défices externos. De meados da década de 90 até 2009, Portugal endividou-se num valor igual ao da totalidade do seu Produto Interno Bruto anual.

No entanto, o crescimento da procura interna e o aumento do endividamento não conduziram ao crescimento económico. A primeira década do euro foi um período de estagnação e de deterioração da competitividade. Nos quinze anos entre 1999 e 2013, Portugal terá crescido apenas 8,3% em termos acumulados. Neste período, a área do euro terá crescido aproximadamente 20%. Neste período, Portugal cresceu menos de metade da média da área do euro.

Torna-se então claro que os desequilíbrios estruturais da economia portuguesa eram pesados mesmo antes da crise financeira global.

Portugal estava já numa posição de elevada vulnerabilidade aquando do início da crise financeira global. No entanto, para fazer face a essa crise, o Governo ignorou a necessidade de ajustamento. Em 2008, decidiu esquecer a consolidação orçamental. As recomendações de expansão orçamental decididas pelo Conselho Europeu foram usadas como trampolim para um frenesim despesista. Frenesim a que não terá sido alheia a aproximação das eleições de Setembro de 2009.

Em Janeiro de 2010, no Orçamento do Estado, os efeitos duráveis da expansão orçamental foram reconhecidos após pronunciadas revisões do défice e da dívida. Mas o Governo continuava a negar a necessidade de ajustamento profundo. O Programa de Estabilidade e Crescimento partia do princípio que um défice externo em torno dos 10% do PIB poderia ser financiado sem perturbações. No contexto da crise das dívidas soberanas da área do euro, que se agravava dramaticamente, Portugal tornou-se um dos elos fracos. Dos mais fracos mesmo, pois a



capacidade de obter financiamento externo de mercado desapareceu rapidamente. A expansão orçamental foi uma aposta do Governo do Partido Socialista. E essa aposta falhou!

Falhou apesar do apoio do Eurosistema a Portugal de mais de 45 mil milhões de euros. O pedido de ajuda externa foi inevitável.

Materializou-se com atraso e relutância em Abril de 2011. O momento era crítico: Portugal teria de ajustar de forma credível para garantir o financiamento oficial. O ajustamento ocorreu assim de forma abrupta, tardia e com custos muito elevados.

Desde então, Portugal tem executado o Programa de Ajustamento de forma determinada.

Os resultados alcançados pelos portugueses são significativos. Concluímos com sucesso sete exames regulares. Cumprimos todos os limites quantitativos definidos no Programa. Partindo dos valores divulgados pelo INE, na passada quinta-feira, o défice orçamental de 2012 -- excluindo efeitos pontuais - fixou-se em 5,8% do PIB (abaixo dos 6% anteriormente anunciados). Face a 2011, o défice reduziu-se em cerca de 1,6 pontos percentuais.

Em termos estruturais, já concretizámos dois terços do ajustamento orçamental previsto no Programa. Estamos a falar de um ajustamento estrutural de 6,2 pontos percentuais em dois anos. O saldo primário estrutural passou de um défice de mais 10 mil milhões de euros para um pequeno excedente. Para além disso, garantimos um elevado grau de execução das medidas acordadas no Memorando de Entendimento – mais de 90 por cento.

Desta forma, recuperámos e acumulámos credibilidade e confiança a nível internacional. A credibilidade e confiança permitiram lançar com sucesso o processo de regresso aos mercados de obrigações. Traduziram-se ainda num importante poder negocial, visível na alteração da trajectória orçamental e na abertura demonstrada pelos Ministros das Finanças da União Europeia para ajustar as maturidades dos empréstimos oficiais.

Porém, quero recordar que a credibilidade e confiança dependem da determinação constante em torno do processo de ajustamento. Qualquer desvio significativo poderá pôr em causa os sacrifícios dos últimos dois anos.

Não obstante, o PS insiste na miragem da expansão

orçamental. Insiste em mais défice e mais dívida. E – como fez nos últimos quinze anos – apregoa crescimento.

Esta orientação prolonga a negação das exigências da área do euro. Consiste num regresso a um passado de mediocridade e estagnação que tornou a crise inevitável. Esta tentação do PS torna actual a lição de Tito Lívio na sua História de Roma. E dizia o historiador: “O que torna o estudo da História recompensador é a disponibilidade de lições como num monumento conspícuo; destas lições da História pode escolher-se o que deve ser imitado e o que deve ser evitado: evitado porque mal concebido e porque conduziu a maus resultados.”

A expansão orçamental foi a opção falhada de 2009 e 2010. Esta opção tornou o resgate português inevitável. Foi mal concebida e conduziu a maus resultados. A persistência no mesmo erro conduziria agora a um segundo resgate.

A estabilidade orçamental é a única opção para Portugal.

Para Portugal, é imperativo alcançar o equilíbrio orçamental e reduzir os níveis excessivos de dívida pública. Sem equilíbrio orçamental, não é possível garantir financiamento para a economia, não é possível recuperar a estabilidade. Sem equilíbrio orçamental, seria necessária uma disponibilidade sem limites dos nossos credores externos para assegurar a viabilidade das finanças públicas. Sem reduzir a dívida pública, penalizaremos, de forma duradoura, o crescimento e o emprego. O caminho é árduo e longo. É necessário persistir no ajustamento. Só assim poderemos reconquistar a nossa independência financeira e o controlo do nosso destino colectivo.

Precisamos de encarar a verdade de frente: se não conseguirmos atingir o equilíbrio orçamental – mesmo que à custa de enorme esforço e sacrifício – os milhares de milhões de euros que possamos obter não são mais do que um paliativo momentâneo. Insistir em receitas do passado ou em soluções espúrias para conquistar o eleitorado de hoje é obliterar o futuro.

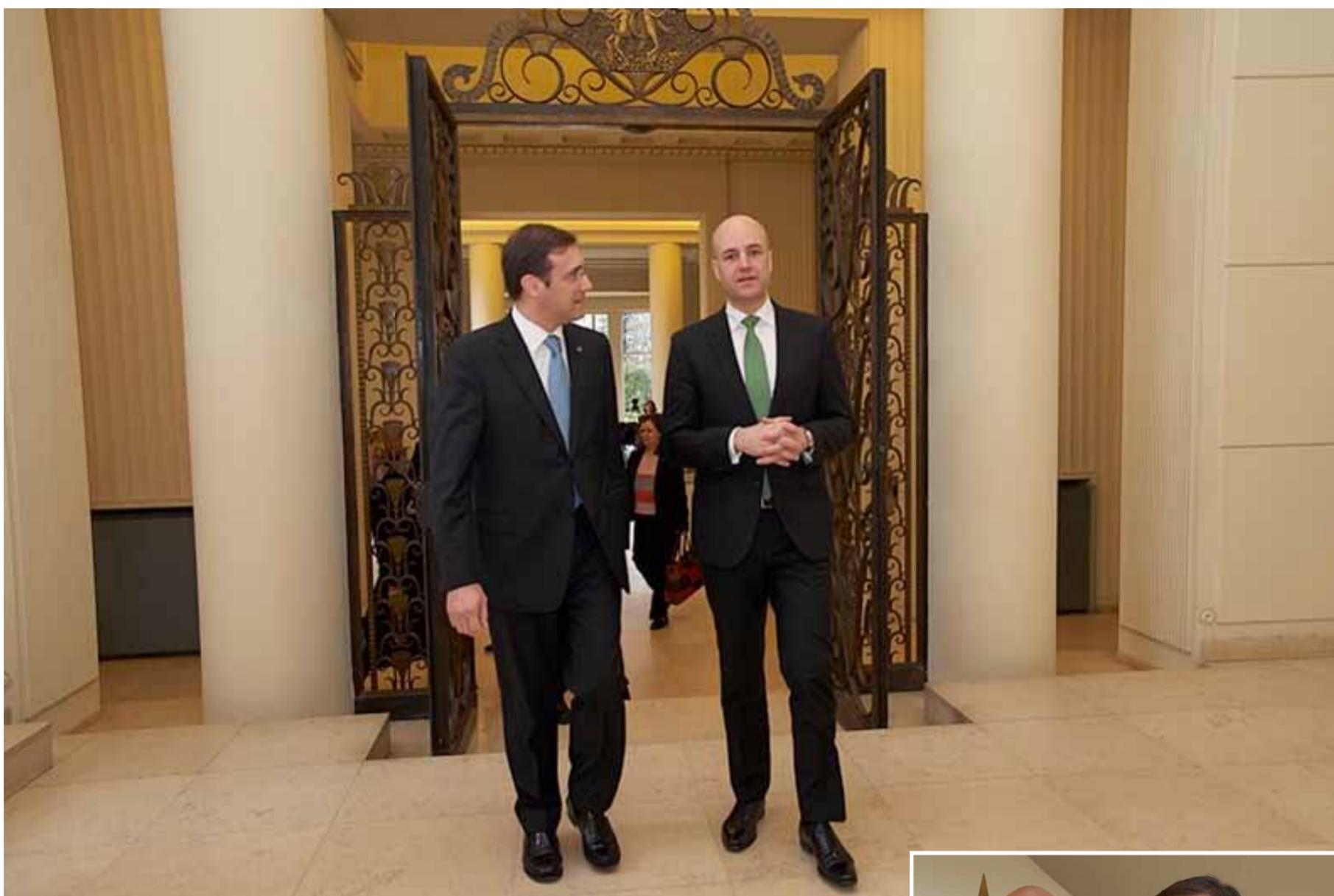
O caminho certo é árduo e estreito; mas garante a prosperidade dos mais jovens e dos vindouros. Os portugueses merecem e exigem verdade e responsabilidade. Muito obrigado.»

Final do debate e votação

Até ao final do debate, houve ainda algumas intervenções da extrema esquerda, até que, esgotadas as intervenções, o debate foi encerrado pelo Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Paulo Portas (CDS-PP) que, como habitualmente, proferiu uma alocução de fundo, doutrinária e que deixou, nas entrelinhas, a sua íntima convicção na solidez da coligação e na sua blindagem e durabilidade.- Fontes: Lusa, Povo Livre, DN



“Portugal e a Suécia têm uma visão muito aproximada do que é necessário fazer nesta crise”



Nos dias 27 e 28, Portugal recebeu a visita oficial do Primeiro-Ministro da Suécia, que a convite de Passos Coelho se deslocou ao nosso País.

«Portugal e a Suécia têm uma visão muito aproximada do que é necessário fazer para atravessar esta situação de crise e para a vencer», afirmou o Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, no Porto, onde teve início a visita oficial do Primeiro-Ministro sueco, Fredrik Reinfeldt.

Acrescentando que «a Suécia tem sido um importante apoio, político e diplomático, quer no contexto europeu, quer fora da Europa», o Primeiro-Ministro referiu ainda que «Portugal tem despertado o interesse do investimento sueco ao longo dos anos».

Realçando que «a Suécia é um parceiro muito importante de Portugal e das empresas portuguesas», Pedro Passos Coelho comparou as mudanças ocorridas na Suécia àquelas por que Portugal está a passar: «São necessárias reformas microeconómicas mais profundas, bem como uma maior abertura económica e comercial, sendo também preciso aprofundar o mercado interno europeu quanto aos serviços», que é uma área se tem mantido fora deste circuito.

Sublinhando a importância do País ganhar «padrões de crescimento mais saudáveis» face aos dos últimos anos, o Primeiro-Ministro lembrou: «Estamos numa situação com muitas variáveis de incerteza, com a crise de Chipre, o que demonstra a relevância de manter a estabilidade na União Europeia, para impedir que possam voltar, no futuro, a existir situações semelhantes a esta ».

Referindo-se ao impacto negativo que a fragmentação dos mercados financeiros tem em países como Portugal - sobretudo numa situação em que é preciso investimento em condições competitivas - Pedro Passos Coelho explicou que «esta fragmentação dos mercados cria problemas de financiamento às empresas dos países como Portugal, sendo necessária uma resposta financeira que normalize as condições de financiamento, ou seja, uma união bancária».

O Primeiro-Ministro afirmou que «esta é uma discussão urgente para Portugal, mas que deve abranger toda a União Europeia, e não apenas os países da zona euro, de modo a que se possa chegar a um resultado equilibrado em todo o espaço europeu».

Relativamente à propagação da crise de Chipre a outros países sujeitos a programas de assistência financeira, Pedro Passos Coelho assegurou: «Não existe risco de perturbação no sistema financeiro, e espero que não haja tentativas de provocar a desconfiança entre os depositantes. Chipre é um caso muito particular e não é exemplo para outros países».

Fredrik Reinfeldt referiu que «a Suécia passou por situações complicadas semelhantes às que Portugal está a passar. Conseguiu superá-las através de medidas de reforma estrutural pouco populares, mas que permitiram aumentar a competitividade».



“O PS tem a responsabilidade de apresentar alternativas”, considera Moreira da Silva



Na sequência da reunião da Comissão Política Nacional, que na semana passada antecedeu a discussão da Moção de Censura do PS, o 1º Vice-Presidente e coordenador da CPN, numa breve comunicação e respondendo a uma pergunta, afirmou:

“Posso assegurar, relativamente ao boato, segundo o qual o PM se demitiria no caso de chumbo do Tribunal Constitucional a medidas do Orçamento para 2013, que isso não é verdade e que não há, não houve da parte do primeiro-ministro, até ao momento, em nenhuma reunião, nenhuma análise desse tipo de cenários, que ele tivesse colocado em cima da mesa”.

Segundo Moreira da Silva, “Parece-me que a grande dúvida não é saber o que pensa o PSD ou o que pensa o Governo da decisão do Tribunal Constitucional, é saber o que pensam aqueles que suscitaram a questão e se têm neste momento noção das alternativas para superar um eventual problema relacionado com alguma linha orçamental”, declarou o coordenador da Comissão Política Nacional do PSD.

“Isto é, aqueles que manifestaram uma divergência tão grande quanto à constitucionalidade deste Orçamento, designadamente os partidos à esquerda do PSD, estão, neste momento, em condições de dizer quais são os impostos que querem aumentar, quais são os grupos de cidadãos mais desfavorecidos que não foram penalizados e que querem passar penalizar?”

“Ou querem assumir que não querem cumprir as metas orçamentais e, portanto, o Orçamento do Estado não deve ser desenhado para cumprir determinadas metas, deve ser desenhado no contexto de um segundo resgate? Esta não é a opção do PSD, como sabem, mas seria importante perceber qual é a opção desses partidos, até porque não existem almoços grátis e nenhuma opção é imune a sacrifícios”.

“O PS, a partir do momento em que assume uma divergência com o memorando de entendimento e assume uma divergência com o Governo, tem a responsabilidade de apresentar alternativas, desde logo no que diz respeito também ao Tribunal Constitucional

Moreira da Silva referiu-se, em especial, aos socialistas: “O PS, a partir do momento em que assume uma divergência com o memorando de entendimento e assume uma divergência com o Governo, tem a responsabilidade de apresentar alternativas, desde logo no que diz respeito também ao Tribunal Constitucional”.

No que respeita à moção de censura do PS ao Governo, o coordenador da direção nacional do PSD lamentou-a e acusou os socialistas de defenderem um caminho irresponsável, de incumprimento dos compromissos nacionais, que levaria Portugal a ter de pedir um segundo resgate.

“O PS não quer que o memorando de entendimento se conclua o mais depressa possível, quer, no fundo, mais ‘troika’, não quer um regresso aos mercados o mais depressa possível, quer um novo empréstimo”, afirmou.

“Lamentamos que essa seja a opção do PS. Gostávamos muito que houvesse um amplo compromisso político em Portugal em torno desta estratégia, que é exigente, mas que tem dado bons resultados, e que permite a curto prazo cumprir o memorando de entendimento e regressar aos mercados”, acrescentou.

“Há uma grande serenidade da parte do PSD, uma convicção de que o caminho que foi escolhido pelo Governo e pelo PSD é um caminho à altura das responsabilidades deste momento”, declarou.

Perante a insistência da comunicação social, Moreira da Silva disse não perceber “a necessidade de antecipar respostas a uma decisão que não ocorreu” e em relação à qual reiterou que o PSD tem “uma posição confortável”.

Para o PSD, o Orçamento do Estado para 2013 “responde à exigência do momento: uma responsabilidade em termos de défice orçamental, mas também uma responsabilidade na resposta às dúvidas que o Tribunal Constitucional tinha encontrado no ano anterior”.

Questionado sobre os eventuais apelos a uma remodelação do Governo, feitos por membros da Comissão Política do CDS-PP, Moreira da Silva escusou-se comentá-los, mas fez questão de dizer que a composição do executivo “é uma matéria que por definição cabe ao chefe de Governo, sobre a qual o PSD nunca se pronunciou nem em público nem as reuniões”.

Quanto à coordenação da maioria PSD/CDS-PP, referiu que, embora não tenha sido dada nota pública dessas reuniões, “o Conselho de Coordenação da Coligação tem reunido, pelo menos uma vez por mês”, e que tem conversado com o dirigente democrata-cristão Nuno Melo “praticamente dia sim, dia não”.

Aprovação de candidaturas autárquicas

O processo de aprovação de candidaturas autárquicas no PSD vai ficar concluído este mês, antes da próxima reunião do Conselho Nacional do partido, prevista para 13 de abril, anunciou, na mesma ocasião, o coordenador da Direção nacional social-democrata.

“O essencial do processo autárquico concluiu-se hoje, na medida em que aprovámos 136 [candidaturas] e, desta forma, falta apenas aprovar 29 candidaturas autárquicas, que serão aprovadas a tempo do Conselho Nacional do PSD que está previsto para 13 de Abril”, afirmou Jorge Moreira da Silva.

No que respeita à Câmara Municipal de Lisboa, o coordenador e primeiro vice-presidente da Comissão Política Nacional do PSD adiantou que o seu partido já recorreu, como tinha prometido fazer, da decisão do Tribunal Cível de Lisboa que impede a candidatura de Fernando Seara com base na lei de limitação de mandatos.

“O PSD já concretizou uma reclamação para esse mesmo tribunal cível”, disse Jorge Moreira da Silva.

O coordenador da Comissão Política do PSD reiterou que os sociais-democratas estão “totalmente convictos” quanto à legalidade das suas candidaturas às eleições autárquicas deste ano, ou seja, consideram que quem cumpriu três mandatos numa autarquia pode ser candidato a outra autarquia, como é o caso de Fernando Seara, actualmente presidente da Câmara Municipal de Sintra.

Esse “conforto quanto à legalidade das candidaturas” faz com que o PSD não tenha “plano alternativo” para o caso de estas serem impedidas judicialmente, acrescentou.

Moreira da Silva ressaltou que “o processo de oficialização das candidaturas não está em curso neste momento”, porque “só será possível quando as eleições forem convocadas”. - Fonte Lusa

“Impulso Jovem”

A reformulação do programa já está a empregar mais 10 mil pessoas

Após a reformulação do programa Impulso Jovem, em Fevereiro de 2013, «mais de 10 mil jovens já encontraram emprego com este programa», afirmou o Ministro-Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, Miguel Relvas, na apresentação do embaixador do Impulso Jovem.

O programa - criado pelo Governo em Junho de 2012 para incentivar o emprego através de estágios remunerados e apoios ao investimento - tinha uma baixa taxa de execução. «Por isto, o Governo decidiu alargar o programa - diminuimos a burocracia e envolvemos os parceiros sociais», afirmou o Ministro.

Estas declarações foram feitas na apresentação do embaixador do programa Impulso Jovem, Miguel Gonçalves, na Presidência do Conselho de Ministros, em Lisboa, contando ainda com a presença do Ministro da Economia e do Emprego, Álvaro Santos Pereira, e dos Secretários de Estado do Desporto e da Juventude, Alexandre Mestre, da Agricultura, José Diogo Albuquerque, e da Solidariedade e da Segurança Social, Marco António Costa.

Assim, «as alterações legislativas permitiram alargar o acesso à região de Lisboa e Vale do Tejo, e também incluímos as autarquias», referiu Miguel Relvas, acrescentando que «a duração dos estágios passou de seis meses para um ano».

Sublinhando que «as alterações efectuadas resultaram num aumento substancial do número de jovens a trabalhar ao abrigo do Impulso Jovem, com entrada média de 100 candidaturas por dia», Miguel Relvas acrescentou: «Hoje, posso dizer que mais de 10 mil jovens já encontraram emprego com este programa».

O Ministro afirmou ainda que o Governo «verificou, no entanto, que uma das razões para a baixa taxa de execução é o desconhecimento por parte das empresas e dos próprios jovens, que podem fazer toda a diferença na procura ativa de emprego». E exemplificou: «Entre os empresários, poucos sabem que o Impulso Jovem permite cobrir cerca de 85% do vencimento do jovem empregado».

«Ao Governo, não basta legislar», afirmou Miguel Relvas, referindo que - por este motivo - «decidimos lançar, por concurso público, uma campanha de divulgação do programa Impulso Jovem, com o objectivo de colocar os jovens no papel de agentes activos na criação do próprio emprego».

Porque «precisamos de uma nova atitude na abordagem ao mercado de trabalho e pensamos que uma campanha junto da opinião pública pode funcionar como catalisador do encontro entre empresas e trabalhadores», o Governo convidou o empresário de Braga, Miguel Gonçalves, para ser o embaixador do programa Impulso Jovem, com o objetivo de «trazer uma nova linguagem e alguma irreverência a este programa público de emprego», explicou o Ministro. E concluiu: «O futuro de Portugal é aquele que os nossos jovens souberem construir». - Fonte: Gab. Imp. Gov. «Impulso Jovem»



Governo apresenta resultados eficazes no combate à fraude na saúde



«O que aqui hoje se pretende que fique claro é que, independentemente da profissão, do poder económico ou da condição social de cada um, ninguém pára impunemente acima da Lei», afirmou a Ministra da Justiça, Paula Teixeira da Cruz, na apresentação dos resultados relativos ao combate à fraude do Serviço Nacional de Saúde (SNS) que teve lugar no Ministério da Justiça, em Lisboa, e contou com a presença do Ministro da Saúde, Paulo Macedo.

Afirmando que «há de facto, muitos que minam o Estado», aproveitando-se ilicitamente dele, a Ministra sublinhou: «Num momento em que a todos os portugueses se pedem sacrifícios, não poderia o próprio Estado quedar-se, indiferente, face a condutas intoleráveis de perniciosos efeitos internos».

Assim, «há cerca de um ano, em parceria com os serviços de Saúde e da Segurança Social, decidimos emprender um combate sem tréguas a estes flagelos que corroem a confiança nas instituições, lesam gravemente o erário público e minam a imagem do

País», referiu Paula Teixeira da Cruz.

Explicando que «no âmbito da colaboração entre o Ministério da Justiça, pela Polícia Judiciária, e o Ministério da Saúde, reforçada em janeiro de 2012, foram iniciados diversos inquéritos e realizadas várias operações», a Ministra afirmou que daqui «resultou a realização de inúmeras buscas e algumas detenções, com aplicação de medidas de coação graves como a prisão preventiva, prisão domiciliária, cauções de elevado valor e concluídas investigações que deram origem a acusações por parte do Ministério Público e condenações em tribunal».

«Os resultados agora apresentados só foram possíveis graças ao empenhamento, à estreita colaboração e ao envolvimento dos serviços do Ministério da Justiça, pela Polícia Judiciária, e do Ministério da Saúde e Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, tendo tido um impacto significativo ao nível da prevenção geral», referiu Paula Teixeira da Cruz, exemplificando: «É significativa a substancial redução de prescrição por alguns médicos, a redução de vendas nalgumas farmácias, ao nível da despesa do SNS».

«Da análise dos dados retira-se que a fraude é praticada por todo o País, envolve grupos organizados, estão envolvidas várias classes profissionais e é de grande dimensão», concluiu a Ministra. Obtenção fraudulenta de pensões, subsídios, abonos e regularização de dívida, concessão fraudulenta de reformas, de abonos a descendentes e de subsídios de desemprego, já investigados implicaram a realização de 25 buscas domiciliárias e não domiciliárias e quatro detenções.

Neste domínio, dados do Ministério da Justiça calculam que esteja em causa um valor superior a um milhão e 700 mil euros de eventual fraude ao Estado em pensões de reforma, abonos, subsídios e regularização de dívidas

de empresas. O mesmo Ministério adianta que o montante global de prejuízos causados à Segurança Social é superior a 5 milhões de euros, valor que ainda poderá revelar-se maior, no final das investigações em curso.

Também o Ministro da Saúde, Paulo Macedo, referiu a cooperação «relevante e inovadora» com o Ministério da Justiça, que permitiu chegar aos bons resultados agora apresentados. Estou «confiante que esta colaboração continuará a ampliar-se, no sentido de se imprimir maior celeridade aos processos e aumentar a eficácia global do sistema de detecção e prevenção, para bem do SNS, dos utentes, dos contribuintes e dos cidadãos portugueses em geral», frisou o Ministro da Saúde.

Entre as várias medidas de combate ao fraude no SNS tomadas pelo Ministério da Saúde, Paulo Macedo destacou «os aspetos ligados ao reforço da capacidade de deteção e comunicação de casos suspeitos» por permitirem «avaliar o efetivo reforço de colaboração entre ambos os Ministérios»:

«Note-se que 10 dos 40 relatórios transmitidos à Inspeção-Geral das Atividades em Saúde, foram objeto de ulterior reencaminhamento para o Ministério Público e/ou para a Polícia Judiciária, pelo que o total de casos comunicados à PJ acaba por ser 34, num montante de cerca de 25 milhões de euros», referiu o Ministro.

Para além da continuação do trabalho que tem sido efetuado, o Ministro da Saúde pretende estender a cooperação a «outras áreas de risco», designadamente, a «dispensa de medicamentos em meio hospitalar e os cuidados respiratórios»; «reforçar os meios afetos à Inspeção Geral das Atividades em Saúde»; e, finalmente, «insistir na divulgação, consciencialização do cidadão e dissuasão das más práticas como forma essencial de combate à fraude» - Fonte: Portal do Governo

PSD preocupado com idosos



O presidente do PSD/Açores lamenta que o Governo Regional “não tenha acolhido no Orçamento uma proposta que visava o aumento do complemento de pensão em 10 por cento”. Duarte Freitas, que falava à comunicação social no final de uma visita ao Lar Luís Soares de Sousa, dia 27 de Março, em Ponta Delgada, considera “uma medida positiva do Governo Regional o anúncio de que irá ser corrigida uma disfunção da legislação nacional que fazia com que esse complemento acabasse para alguns pensionistas, tendo em conta as novas tabelas do IRS”, mas lamentou “que essa postura não tenha sido seguida também no que diz respeito à proposta do PSD/Açores para o aumento do complemento de pensão”.

“A proposta do PSD/Açores fazia com que fosse aprovado um aumento igual ao do ano passado, ano de eleições regionais. Entendemos que se no ano passado esse aumento teve como justificação a situação de crise que se vive, então ainda mais sentido faria aprovar um aumento igual para o ano corrente, já que a crise é ainda maior”.

Duarte Freitas disse ainda que a visita ao Lar Luís Soares de Sousa teve como objectivo dar conta “da grande preocupação do nosso partido relativamente às contracções financeiras que se estão a registar nos apoios a estas instituições, nomeadamente com protocolos que estão já assinados e que ainda não estão a ser executados”.

“É preciso apoiar estas instituições”, defendeu Duarte Freitas, recordando que “há cada vez mais solicitações por parte dos idosos e das famílias, mas há também cada vez maiores dificuldades para conseguir dar resposta a essas solicitações”.

Governo Regional deixou São Jorge “novamente sem respostas para problemas” da ilha

O PSD/Açores considera que o Governo Regional deixou novamente a ilha de São Jorge “sem respostas concretas para os graves problemas que nos afligem a todos”, aludindo à visita estatutária da semana passada como “mais uma demonstração de que as promessas feitas aos jorgenses foram esquecidas por este executivo”, declarou o deputado António Pedroso.

O social-democrata alertou para “as declarações sombrias dos responsáveis pela saúde, que podem estar a preparar-se para reduzir de forma incisiva a prestação dos cuidados prestados nos centros de saúde da ilha. Com o Secretário Regional da Saúde a optar por fugir às perguntas, recusando responder às muitas dúvidas que pairam em relação ao sector em São Jorge”, referiu.

Para António Pedroso, “o discurso do senhor secretário parece contrariar o programa eleitoral do PS, que garantia uma saúde mais próxima das pessoas. Ao invés disso, parece que o Governo Regional se prepara para optar por serviços de saúde mais distantes dos cidadãos e de acesso mais difícil”, criticou.

As críticas social-democratas estendem-se às dificuldades do sector cooperativo em São Jorge, com o deputado a frisar “que se assistiu à reconfirmação da posição do presidente do Governo de não atribuir qualquer apoio financeiro às nossas cooperativas, que vivem momentos de grande aflição, e sendo que este sufoco dramático se deve aos modelos errados, impostos pela governação socialista e seguidos ao longo dos últimos anos”, adiantou.

“No final da visita estatutária, os jorgenses ficaram apenas a saber que o executivo se prepara para empurrar com a barriga para a frente os seus compromissos eleitorais em diversas áreas, desde os Transportes à Educação”, acrescentou António Pedroso, não esquecendo “os compromissos que nem sequer foram agora referidos, o que indica que estão esquecidos, como o caso dos apoios à Escola Profissional de São Jorge”.

“Infelizmente, o governo regional socialista não pensa assim, e à vista deixou de estar também a prometida Escola Básica e Secundaria da Calheta, cujo projecto já foi apresentado, e que neste momento voltou a estaca zero, com um compromisso de remodelação do projecto que deixou muitas dúvidas sobre a sua real construção”, concluiu António Pedroso.



“Tudo faremos para recuperar Portugal”

“Há cerca de vinte meses firmámos um compromisso com os portugueses. Fizemo-lo condicionados por um programa subscrito por cerca de 85 por cento dos deputados eleitos para a Assembleia da República, em representação da amplíssima maioria dos portugueses, que avocou o dever de cumprir o Memorando de entendimento”. Foram estas as primeiras palavras de Teresa Leal Coelho, durante a declaração política do PSD, dia 28 de Março.

A vice-presidente do grupo parlamentar recordou que, a 17 de Maio de 2011, o governo socialista aceitou os termos do Memorando, que estabelecia os seguintes objectivos: reduzir o défice equivalente a 5.9 por cento, de acordo com as projecções que serviram de base ao memorando, através de medidas estruturais de corte na despesa, trazer a dívida pública para uma trajectória descendente, a partir de 2013 e manter a consolidação orçamental a médio prazo até se obter uma posição de equilíbrio orçamental.

“Os défices com que nos confrontámos neste passado recente foram: em 2009: 10,2 por cento; em 2010: 9,8 por cento e em 2011: 7,8 por cento. Por outro lado, as contas públicas que serviram de base à elaboração do Memorando estavam erradas, vejamos alguns exemplos: não foram apresentados à troika, nem aos partidos com assento parlamentar: 600 milhões nas estradas de Portugal; 900 milhões na Parque Escolar e 180 milhões na Fundação Magalhães, entre outros números omitidos. Só nos exemplos que apresento, estão cerca de 1.7 mil milhões de euros, montante próximo de dois subsídios para a função pública. Para o corte na despesa o Memorando na sua versão inicial, obrigava expressamente ao corte de cerca 3.3 mil milhões de euros, que seriam acrescidos dos cortes mencionados em percentagem”, reiterou.

Dirigindo-se à bancada do PS, a deputada recordou que assumiram com a troika o compromisso de cortar na despesa cerca de quatro mil milhões de euros. “O Partido Socialista, que era governo de Portugal e nessa qualidade, transmitiu à troika contas que apresentavam um desvio colossal face à realidade. Voltando ao Memorando na versão que o PS subscreveu, vejamos alguns pontos nele inscritos: reduzir o número de serviços públicos; promover a mobilidade dos trabalhadores; rever as políticas remuneratórias e as prestações acessórias das entidades públicas; reduzir custos na área da educação; reduzir custos na área da saúde; assegurar a diminuição do peso das despesas com o pessoal em 2012 e em 2013, e limitar as promoções; congelar salários no sector público e limitar as promoções; reduzir as pensões acima de 1.500 euros de acordo com taxas progressivas aplicadas às remunerações do sector público; reformar as prestações de desemprego; introduzir de uma regra de congelamento em todos os benefícios fiscais;



reduzir as deduções fiscais e regimes especiais em sede de IRC; eliminar todas as taxas reduzidas de IRC; reduzir os benefícios e deduções em sede de IRS”.

Lembrada a história recente do nosso País, Teresa Leal Coelho referiu que “foi neste enquadramento que assumimos um compromisso de rigor e de responsabilidade com os portugueses, e que afirmámos o imperativo de estabelecer uma trajectória de sustentabilidade das contas públicas, enquanto pressuposto do crescimento para a criação de emprego”. “Assumimos o compromisso de executar o Memorando de entendimento e, assim, garantir o financiamento imediato por esta via, mas desde logo estabelecendo a prioridade de regresso aos mercados, em condições de autonomia. Mas o compromisso assumido no quadro constitucional europeu e nacional implicava, como implica, corte de despesa. Ora dois terços da nossa despesa corresponde a salários, pensões e juros da dívida. A responsabilidade que assumimos é uma responsabilidade colectiva. Do país: de todos os portugueses. É também uma responsabilidade do partido socialista mas à qual renuncia”.

Contudo, lamenta, hoje temos um PS que anuncia publicamente moções de censura. Um PS, adianta, que renuncia às suas obrigações decorrentes do memorando que subscreveu, mas que afirma ser digno da credibilidade e da confiança para tomar o Governo. E, a mais insanável de todas as contradições considera, um PS que escreve à troika a dizer que veta cumprir o Memorando, mas que o vai renegociar.

Face a este cenário, Teresa Leal Coelho enfatizou que “é tempo de cada um assumir a sua quota-parte de responsabilidade nos desígnios de Portugal, com realismo e com responsabilidade. O Memorando vincula todos, constitui uma responsabilidade partilhada. Vincula este parlamento, vincula o Governo, vincula todos os órgãos de soberania, vincula as regiões autónomas e as autarquias, vincula cada português, repito: vincula todos. O imperativo de mudança estrutural de que depende o nosso futuro impõe-se a todos sem excepção. Nós, PSD, assumiremos a nossa responsabilidade partilhada e tudo faremos para recuperar Portugal”.

Luís Campos Ferreira

“O PS foge de José Sócrates como quem foge do diabo”



Luís Campos Ferreira estava à espera de conhecer, tal como todo o País, a posição do PS de António José Seguro, sobre a narrativa do engenheiro José Sócrates. “Sabendo que tinha o País nesta ansiedade fez-nos esta desfeita de falar de tudo menos do grande momento de teatro que se viveu ontem em Portugal. Até pensei que ia ao palanque dizer que José Sócrates é um homem de co-

ragem, que tem a solidariedade do PS nas palavras que afirmou sobre o Presidente da República. Até pensei que o senhor deputado fosse dizer que concordava inteiramente com José Sócrates quando este afirma que o PS nada tem a ver com a entrada da troika em Portugal, nada tem a ver com o estado em que está a economia portuguesa”.

Lamentando esta ausência de referências ao anterior Primeiro-Ministro, o deputado do PSD, em resposta a uma declaração política, afirmou que é levado a pensar que “o PS teve vergonha do que José Sócrates disse”. “Não se revê no que foi dito. O PS foge de José Sócrates como quem foge do diabo”, disse.

Luís Campos Ferreira pergunta qual é o PS que temos neste momento: o PS da moção de censura e da narrativa teatral de José Sócrates ou o PS que meigamente escreve à troika a dizer que cumprirá até ao último centavo o memorando assinado?

Comunicado de Imprensa

O Grupo parlamentar do PSD, nomeadamente os seus deputados na Comissão de Saúde, congratulam-se com o facto de o Governo estar a concluir o concurso de ingresso, por contrato sem termo, na ARS Norte de mais 569 enfermeiros até ao final do corrente mês.

Consideram os deputados do PSD que a contratação destes novos enfermeiros responde às necessidades dos utentes, a uma clara aposta na salvaguarda e promoção de um Serviço Nacional de Saúde universal e de acesso a todos os portugueses e lembram que um novo concurso foi aberto em 12 de Fevereiro, para a contratação de mais 210 profissionais.

Os deputados do GPPSD lembram ainda que esta mesma informação foi ontem confirmada pela própria ARS Norte, sendo facilmente acessível a informação e confirmação do decurso dos processos concursais.

Lamentam os deputados social-democratas que, a divulgação de um email de proveniência falsa, acerca desta mesma matéria, tenha gerado um conjunto de más interpretações das intervenções feitas em sede parlamentar e esperam que, para o futuro, qualquer dúvida seja esclarecida de forma directa, tanto por parte dos outros representantes políticos, bem como dos órgãos de comunicação social.

Braga

TUB têm de servir as necessidades de transporte de todo o concelho



No âmbito do ciclo de contactos que a coligação do “Juntos por Braga” tem vindo a promover junto de empresas municipais, Ricardo Rio e diversos vereadores visitaram, dia 25 de Março, os Transportes Urbanos de Braga (TUB). Carlos Malainho, presidente do conselho de administração dos TUB, acompanhou os vereadores durante esta iniciativa.

De acordo com o líder da coligação, esta foi uma excelente oportunidade para conhecer de “fio-a-pavio” as instalações da empresa e discutir as várias questões que contêm com a sua gestão. Ricardo Rio mostrou-se preocupado com a sustentabilidade económico-financeira dos TUB. “Antes de mais, é fundamental garantir esse aspeto, porque só se isso estiver assegurado é que poderemos continuar a prestar um serviço de qualidade, a melhorar o desempenho, a recompensar os trabalhadores e a garantir o funcionamento desta empresa nos moldes atuais”, destacou.

Por outro lado, o candidato à presidência da Câmara de Braga salientou que é fundamental que a empresa continue a prestar um serviço público aos cidadãos, servindo toda a população do concelho nas suas necessidades de acesso ao trabalho ou deslocação para o centro da cidade. “Esse é um serviço que tem de ser prestado da forma mais cabal possível e, neste aspeto concreto, alertamos a empresa para as consequências que a presente reestruturação da rede tem provocado, dando eco dos muitos problemas que nos chegaram de diversas freguesias”, afirmou.

No entanto, Ricardo Rio mostrou-se satisfeito com a abertura demonstrada pela administração para introduzir correcções e melhoramentos nas opções que têm vindo a ser tomadas, de acordo com as reivindicações que sejam feitas por parte dos populares e que sejam encaminhadas para a administração.

“Todos temos a obrigação de lutar para termos o melhor serviço possível em termos de transportes públicos. Portanto fica aqui um apelo: quem se sentir lesado com a reestruturação e sinta que não tem um serviço compatível com as suas necessidades, faça chegar essa reivindicação à administração dos TUB”, disse Rio.

Falta de planeamento urbanístico é um obstáculo para os TUB

As dificuldades de acessibilidades e a falta de planeamento urbanístico da cidade também foram alvo de críticas por parte de Ricardo Rio, que considerou que estes são factores que condicionam de forma inequívoca o serviço de transportes públicos. “Não é possível pensar os transportes sem pensar primeiro nessas questões. Braga cresceu de forma muito pouco amigável para os transportes públicos, o que condicionou muito as soluções que poderiam ser introduzidas do ponto de vista da mobilidade dos cidadãos”, destacou, acrescentando que é preciso combater essa realidade e melhorar, na medida, do possível essa situação: “Para isso, defendemos que sejam introduzidas novas formas de transporte no centro pedonal da cidade, que seja reforçada a aposta nas ciclovias e na utilização das bicicletas e que os transportes aumentem a sua eficiência, quer em termos de frequência de oferta de circulação, quer em termos de diversidade e cumprimento de horários”.

Esse foi um factor que mereceu a concordância de Carlos Malainho, que deixou um lamento pelas dificuldades provocadas pela ausência de um planeamento urbanístico eficaz. “Muitos dos problemas que surgem têm por base o planeamento da cidade. É extremamente complicado para nós encontrar soluções que sejam ao mesmo tempo eficazes e respeitadoras do princípio da rentabilização dos recursos”, afirmou.

Finalmente, durante esta reunião foi também debatida a relação dos TUB com o poder central. Rio mostrou-se apreensivo com a “discriminação histórica” dos TUB relativamente às transportadoras de Lisboa e Porto. “Tanto Braga como as outras cidades do país merecem o mesmo tipo de investimento e o mesmo tipo de apoio que as transportadoras de Lisboa e Porto usufruem, e que acabam por favorecer diretamente os cidadãos, que dispõem de frotas renovadas e de condições de tarifários mais compatíveis”, concluiu.



Director: José Silva Marques
Directora Adjunta: M. Adelaide Paiva

POVO LIVRE

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA Número 390 • 13 de Janeiro de 1982 • Preço 15\$00

Pinto Balsemão: um ano à frente do Governo

REAFIRMADA A UNIDADE E COESÃO DA AD E ACENTUADA A ESTABILIDADE GOVERNATIVA

Nascimento Rodrigues: há condições para encarar o futuro com responsável confiança



A unidade e coesão da maioria governamental foi sublinhada numa cerimónia que se realizou em S. Bento para assinalar a passagem do primeiro aniversário da presença de Francisco Pinto Balsemão à frente do governo.

Na altura foram apresentados cumprimentos ao Primeiro-Ministro por dirigentes do PSD, CDS e PPM, deputados da maioria e governantes, que reafirmaram a sua solidariedade com Pinto Balsemão e a vontade de cumprir integralmente o mandato e o programa do Governo.

Na cerimónia usou da palavra Nascimento Rodrigues, que a classificou de "afirmação coesa de solidariedade" e, também, de "um gesto de sereno regozijo e de responsável confiança no futuro".

Fazendo o balanço dos dois anos que "vão decorridos de governação dos partidos da Aliança Democrática", Nascimento Rodrigues mostrou-se

consciente de que "existe ainda um largo caminho a percorrer para se cumprir o mandato de confiança e de esperança que em duas eleições foi atribuído à AD". "Mas — disse — é igualmente necessário que tenhamos consciência do valor extraordinário que representou a viragem política traduzida na formação da coligação governamental." Sem esta maioria, "o País permaneceria sujeito aos solavancos de uma governação fraquejante, por minoritária, ou às experiências de governos atípicos, sem raiz partidária, eventualmente descambáveis em soluções de duvidoso recorte democrático".

Dai que Nascimento Rodrigues manifestasse "sereno regozijo" por se ter sabido "conquistar e manter uma maioria estável, que é o cimento do projecto de mudança prometido aos portugueses", já que "não nos perdoariam que delapidás-

semos o que a tantos custou a alcançar".

"Não ficaremos pelo caminho"

A estabilidade governativa foi de novo apontada por Nascimento Rodrigues como o "mais sólido fermento da maturidade e responsabilidade com que" a Aliança Democrática responde "à vozeria dos que a querem dispersar por caminhos de regressão".

O vice-presidente do PSD reservou algumas palavras para os que nasceram com vocação de "Velhos do Restelo", a cujos "murmúrios" se oporá a "convicção de que a maioria é coesa sem ser monolítica, é unida sem ser unicitária e até muitas vezes é salutarmente incómoda porque não é e não quer ser maioria silenciosa".

Aquele dirigente do PSD assegurou, então, que "há condições para encarar o futuro com responsável confiança".

Ao referir-se ao acto, Freitas do Amaral frisou que ele tinha o "significado de uma reafirmação perante os que duvidam da existência da Aliança Democrática, da sua unidade e coesão", afirmando ainda que "pelo programa da AD vale a pena lutar". Depois, o dirigente centrista avisou aqueles "que esperam que possamos ficar pelo caminho" que "não ficaremos pelo caminho e

não temos tempo a perder".

O líder monárquico, Gonçalo Ribeiro Telles, indicaria por sua vez que a presença do PPM na cerimónia era mais um "incitamento caloroso ao prosseguimento de uma acção cada vez mais fiel" ao programa da AD que "uma simples afirmação de apoio".

"Tarefa dura e difícil"

Para Ribeiro Telles, a execução do programa da AD é o objectivo estratégico da maioria, que "só se manterá e fortalecerá enquanto e só enquanto for fiel a esse projecto". E, isto, porque o "projecto da AD é a busca conseguida de uma plataforma que criou um espaço, bem delimitado, de

convivência dinâmica fora da qual não mais poderá existir, mas que por isso mesmo se impõe preservar".

Agradecendo as "palavras amigas de solidariedade e confiança", o Primeiro-Ministro endossou-as à "equipa coerente e coesa de homens corajosos" que chefia e à Aliança Democrática — única alternativa válida de Governo — à maioria parlamentar — forte, estável e coerente — e ao Governo — reforçado com a presença dos líderes dos três partidos que a integram.

Pinto Balsemão considerou a Aliança insusceptível de destruição apesar

dos esforços dos seus adversários e alertou os membros do seu Gabinete e os líderes partidários de que tinham à sua frente uma "tarefa dura e difícil" face aos obstáculos e situações nacionais e internacionais.

Porém, frisou, o Governo não se limitará a "gerir a crise ou a andar atrás dela", mostrando-se convicto de que vai ser possível continuar as reformas. "Somos um Governo a médio prazo, convictos de que será possível cumprir o que prometemos" e que se consubstancia nos objectivos de rever a Constituição, integrar Portugal na CEE, regionalizar o País e adoptar uma "política externa a uma só voz".

**Seminário sobre
«Os Seguros
em Portugal»
dias 22 e 23 em Lisboa**

(PÁG. 15)

Aos nossos assinantes

"QUE CADA MILITANTE SEJA ASSINANTE, COLABORADOR E PROPAGANDISTA DO "POVO LIVRE".

Francisco Pinto Balsemão
(discurso do IX Congresso do PSD)

Com a publicação do n.º 388 ficou concluído o 2.º semestre de 1981 para efeito de assinatura do nosso Jornal. Nestas condições, apelamos a todos aqueles que tenham as suas assinaturas a terminar no número 388 — bem como todos aqueles que não efectuaram a renovação para o corrente ano — para que, com a urgência possível, procedam à respectiva liquidação.

Não esqueçamos as palavras do nosso Presidente. Vamos todos dar esta indispensável colaboração ao "Povo Livre".

Assinar, colaborar e propagandear o "Povo Livre" é lutar pela Social-Democracia para Portugal.



O mal-entendido

João César das Neves (*)

Uma das poucas coisas em que há acordo é que Portugal precisa de crescimento. Não só é a única forma de vencer a recessão e desemprego, mas a sua falta é a causa da desconfiança financeira. A Irlanda, muito mais endividada que nós, deixou de ser alvo dos mercados porque a sua economia revelou um dinamismo que tem faltado a outros, como nós.

Infelizmente este consenso, que deveria levar a atitudes e projectos comuns, quebra logo a seguir, devido a um estranho mal-entendido. É espantoso mas muitos dos que afirmam com clareza a urgência de promover o crescimento e criação de emprego, logo na frase seguinte se põem a falar de outro tema, propondo medidas e intervenções que não só pouco têm a ver com a dinâmica produtiva, mas até a prejudicam.

Este terrível erro, que pode ter consequências gravíssimas no futuro, advém do esquecimento de um facto simples, evidente, incontornável, base central da vida económica, mas frequentemente omitido nos raciocínios de muitos que se dizem especialistas nessas coisas. O crescimento económico só se pode verificar nas empresas, através do trabalho produtivo e investimento rentável, envolvendo mercados equilibrados e eficientes, para satisfazer as necessidades da população. Através do esforço, engenho, iniciativa e dinamismo dos agentes económicos, empenhados a fundo em actividades lucrativas, é que se consegue o tão desejado progresso.

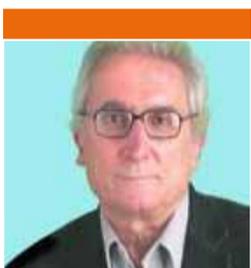
Deste princípio básico e indiscutível saem vários corolários elementares, que as discussões comuns violam de forma ingénuas. Por exemplo, se crescimento é isto, então não se trata de uma questão de política, decretos e institutos. Trata-se de economia, empresas, empregos, não diplomas, estudos, discursos. O Estado tem um papel decisivo na sociedade, mas não é fazer crescimento, ter bebés ou marcar golos.

Só que o segundo fôlego de quem fala sobre estes assuntos é sempre dedicado à intriga ministerial. Promover crescimento é, segundo eles, dar subsídios (que implica impostos que oprimem a economia), criar incentivos (que distorcem o dinamismo e rigidificam a estrutura), fazer planos (que estabelecem clientelas e prejudicam negócios), ajudar sectores (que perpetua favores e encarece produtos). Esta foi precisamente a política seguida pelos sucessivos ministérios que nos trouxeram à crise. Eles achavam saber melhor que a sociedade o que havia a fazer, e o resultado está à vista. A década perdida da economia portuguesa, que já se aproxima de década e meia, foi o mais intenso período de política de crescimento da nossa história. Isto não constitui um paradoxo pelo simples facto de que crescimento económico não é política, mas economia. Em certo sentido é o oposto da política.

A razão deste mal-entendido não é distração ou ignorância. O motivo é que grande parte daqueles que exigem crescimento têm uma agenda própria, que pretendem mascarar de progresso. O que se passa é que na nossa comunicação social raramente se ouve a voz das forças produtivas, dos consumidores, dos pobres. Quem domina o espaço mediático são os grupos de pressão, interesses instalados, organismos de poder. Esses são os que ganham dinheiro com os subsídios, incentivos, planos e ajudas. Esses, mesmo que o crescimento nunca chegue a ser promovido, já receberam o seu. O que eles querem não é crescimento mas política de crescimento.

Portugal precisa de crescimento. Para isso é urgente liberalizar a economia, deixar trabalhadores e patrões fazer aquilo que sabem, satisfazer clientes, nacionais ou estrangeiros, sem terem ministros, deputados, burocratas e intriguistas a tapar o caminho. É urgente que as principais preocupações das empresas sejam as necessidades dos consumidores e a ameaça dos concorrentes, não os regulamentos e formulários, requerimentos e licenças, grupos de pressão e interesses. Disso temos tido a nossa conta nas últimas décadas, e com eles aprendemos a destruir o crescimento. Agora está na altura de inverter o processo porque, como todos estamos de acordo, Portugal precisa de crescimento.

(*) Professor universitário, naohaalmocosgratis@ucp.pt ©DN



Isto está a mudar...

Ferreira Fernandes (*)

O ministro do Orçamento francês, Jérôme Cahuzac saiu, há semanas, do Governo de François Hollande. Um site de jornalismo de investigação, o Mediapart, revelara que ele possuiu durante anos, até 2010, uma conta no banco suíço UBS, que nunca foi declarado ao fisco. Para um ministro do Orçamento, mesmo para pecado passado, era um forte abuso, sobretudo em tempos em que os cidadãos não são poupados (também em França) à austeridade. Cahuzac demitiu-se, mas “isso não mudava nada à sua inocência nem ao carácter caluniador das acusações”, disse ele no comunicado em que abandonava o cargo. O Governo suspirou de alívio (as sondagens não têm andado boas para Hollande) e agradeceu o sacrifício de Jérôme Cahuzac. Já têm acontecido assim a políticos, momentos maus, atitude nobre e, no futuro, o reconhecimento pelo seu gesto (mesmo que nada viesse depois a desmentir ou confirmar os factos iniciais da sua queda). Acontece, porém, que talvez estejamos em novos tempos, a ira dos de baixo já não deixa que as coisas se arrastem até ao esquecimento. As investigações (jornais e juizes) continuaram: e, sim, era verdade a história da conta suíça. Ontem, Cahuzac confessou-se “arrasado de vergonha.” Mas, neste ponto, já era uma confissão indecente. Há uma lição a tirar: por estes tempos, os homens públicos rezem para não serem apanhados em falcaturas e, sendo, confessem logo. Os tempos não estão para vamos lá ver se isto passa. Pelo menos algures.

(*) Jornalista ©DN





O exemplo da ambição

Jaime Quesado (*)

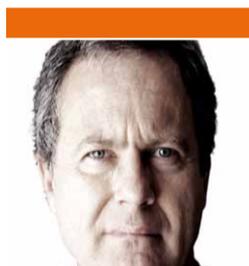
O Exemplo do E-example, Consórcio que integra algumas das empresas de referência nacionais na área das TIC, vale pelo compromisso sério entre Ambição e Confiança na Inovação e Conhecimento. O E-example constituiu um passo marcante na afirmação por parte de Portugal duma Aposta Estratégica na Educação como o grande “driver” de mudança colectiva da Sociedade e recentragem no Valor e Competitividade como Factores de Distinção na Economia Global. A aposta tem que continuar e ao sucesso do E-example impõem-se novos desafios de modernidade estratégica.

A Educação tem que ser a grande “ideia” para Portugal. Na “Escola Nova” de que o país precisa, tem que se ser capaz de dotar as “novas gerações” com os instrumentos de qualificação estratégica do futuro. Aliar ao domínio por excelência da Tecnologia e das Línguas a Capacidade de com Criatividade e Qualificação conseguir continuar a manter uma “linha comportamental de justiça social e ética moral” como bem expressou Ralph Darhendorf em Oxford. Tem que se ser capaz de desde o início inculcar nos jovens uma capacidade endógena de “reação empreendedora” perante os desafios de mudança suscitados pela “sociedade em rede”. Precisamos de um Portugal voltado para o futuro e apostado no papel das Novas Gerações.

A “Cooperação” estratégica entre a Escola, o Meio social, áreas de conhecimento, campos de tecnologia, não pode parar. Vivemos a era da Cooperação em Competição e os alicerces da “vantagem competitiva” passam por este caminho. Sob pena de se alienar o “capital intelectual” de construção social de valor de que tanto nos fala Anthony Giddens neste tempo de (re)construção. Na economia global das nações, os “actores do conhecimento” têm que internalizar e desenvolver de forma efectiva práticas de articulação operativa permanente, sob pena de verem desagregada qualquer possibilidade concreta e efectiva de inserção nas redes onde se desenrolam os projectos de cariz estratégico estruturante.

Por isso, a oportunidade e a importância do E-example. Que para além dos efeitos ao nível da revolução na utilização das TIC como um instrumento de qualificação pedagógica teve também o mérito de elevar na escala produtiva empresas portuguesas do sector, aumentando as exportações, consolidando dinâmicas de inovação e reforçando o emprego. É isso que conta nos tempos difíceis que vivemos. O papel das Novas Gerações é decisivo. São cada vez mais necessários “actores do conhecimento” capazes de induzir dinâmicas de diferenciação qualitativa nos territórios. Por isso, têm que entrar nesta aposta do E-example, em que a Rota do Futuro não pode passar ao lado.

(*) Administrador do Instituto Francisco Sá Carneiro



Faltam psicólogos para analisar Sócrates

Eduardo Cintra Torres (*)

A entrevista de Sócrates, mais do que analisada por comentadores, políticos, jornalistas e críticos, deveria ser analisada nos media por psicólogos e psiquiatras. Anda-se a iludir o que só alguns escrevem a medo: para avaliar o político Sócrates, é preciso considerar o seu perfil psicológico. Sócrates é um caso psi, mitómano, narcísico ao ponto de anular o mundo exterior e negar a realidade e a verdade, diminuído na capacidade de agir por valores éticos. O seu autoritarismo de perfil patológico confunde-se com convicção política e carisma. Como Hitler, Chávez ou Berlusconi, o seu ego precisa loucamente dos media, que se entusiasmam com chefes e por isso o adoram. O seu mundo de fantasia, embrulhado em retórica convincente, é como sabão para a espuma dos dias mediáticos.

A RTP deu-lhe hora e meia, tempo de entrevista jamais visto na história da TV portuguesa, que me lembre. Sócrates leva frases decoradas. Se o interrompem, fica furioso porque tem dificuldade em retomar o decorado. Quando lhe fazem perguntas vulgares, o olhar de ódio aos jornalistas revela o seu perfil psi porque o seu ego gigante não tolera contraditório nem debate. Não mudou desde que, como chefe de governo, tentou calar opositores, críticos, dominou a RTP e interveio em media privados, como a TVI.

Dos entrevistadores, o DI da RTP, Paulo Ferreira, não passou das perguntas óbvias para as quais Sócrates levava respostas preparadas; Vítor Gonçalves tentou ir mais longe, mas a personalidade tipo chefe fascista de Sócrates atrapalha um jornalista educado. Mesmo assim, Gonçalves chamou duas vezes mentiroso a Sócrates. Ficaram por fazer perguntas essenciais, como as que o CM publicou na sexta-feira. Essenciais, porque o seu esclarecimento explica o verdadeiro Sócrates. Mas, para alguns media, o Sócrates-espectáculo é mais interessante do que a verdade.

A entrevista resumiu-se a um passado mitológico e à vingança pessoal e ódio patológico contra “inimigos” que não conseguiu destruir quando no governo, Cavaco Silva e Correio da Manhã. E serviu também para Sócrates disseminar por hora e meia o seu Eu megalómano.

- Diversos dos nossos media, prisioneiros da intriga e de paleio a respeito de paleio, excitaram-se com o “regresso” de Sócrates e fizeram da medíocre entrevista à RTP um “evento” extraordinário, tipo regresso de Cristo à Terra. Mas aquilo foi apenas um caso para a medicina e media sem temas mais próximos da realidade. Por agora Sócrates é só conversa. Mas será perigoso para Portugal se conseguir voltar ao poder. É para isso que está na RTP.

(*) Crítico de televisão, ©CM

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção
Terça-feira até 12h00
Para: Fax: 21 3973168
email: convocatorias@psd.pt



GAVIÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da secção de Gavião, para reunir no próximo dia 06 de Abril de 2013 (sábado) pelas 20h30, na Rua Dr. Dias Calazans, nº 1 r/c (frente ao café Marinho), com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1.- Análise da situação política local
- 2 - Dar parecer sobre a moção estratégica "Um Novo Gavião"
- 3 - Apresentação do Director de Campanha/Comunicação
- 4 - Apresentação do mandatário financeiro
- 5 - Dar parecer sobre a lista à Assembleia de Freguesia da Comenda
- 6 - Ponto da situação sobre assembleias de Freguesia - Gavião/Atalaia, Margem e Belver
- 7 - Apresentação de proposta para organização da lista de Câmara e Assembleia Municipal

LAGOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da secção de Lagoa, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 10 de Abril de 2013 (quarta-feira) pelas 21h00, na sede, sira na Rua Joaquim Eugénio Júdice, nº 3- 1º Esq. com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1.- Ratificação do candidato à Câmara Municipal para as Autárquicas 2013
- 2 - Análise da situação política
- 3 - Outros assuntos de interesse em termos de política nacional e local

**QUARTEIRA / NÚCLEO
ALTERAÇÃO DE DATA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia do Núcleo da Quarteira para reunir no próximo dia 20 de Abril de 2013 (sábado) pelas 10h30, no Centro Autárquico de Quarteira, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1.- Discussão sobre a situação política local;
- 2.- Propostas dos militantes para a campanha autárquica;

VILA DO CONDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da secção de Vila do Conde, para reunir no próximo dia 19 de Abril de 2013 (sexta-feira) pelas 21h30, na sede sita na Praça da República, 7, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1.- Eleições autárquicas - informações
- 2 - Análise da situação político-partidária



NESD/ ESCOLA SEC. JOSÉ SARAMAGO (MAFRA)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário dos Estudantes Sociais-democratas da Escola Secundária José Saramago em Mafra, para reunir no dia 2 de Maio de 2013, (quinta-feira) pelas 10h na referida Instituição de Ensino Secundário, sita na Avenida Cidade de Leimen, Mafra com a seguinte Ordem de trabalhos:

- 1 - Eleição da Mesa do Plenário do NESD;
- 2 - Eleição da Direcção do NESD.

Notas

As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na sede distrital na Praça São João Bosco, número 3, em Campo de Ourique.

As urnas estão abertas das 10 horas às 13 horas.

CANTANHEDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se todos os militantes da JSD de Cantanhede a estarem presentes na Assembleia de Plenário, que se realizará no próximo dia 27 de Abril de 2013, pelas 18 horas, na Sede do PSD/Cantanhede, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Análise da Situação Política do País;
- 3 - Análise da Comissão Política da JSD/Cantanhede.

CELORICO DA BEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes da Secção da JSD de Celorico da Beira, para reunirem no 11 de Maio de 2013, na sede de concelhia sita Rua António Fernandes Costa Almeida nº 6 das 14h30 às 17h30, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição para os Órgãos de Secção da JSD Celorico da Beira

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa de Assembleia, ou a quem o substitua até às 24h do terceiro dia anterior ao acto eleitoral no seguinte local: Rua António Fernandes Costa Almeida nº 6, Celorico da Beira

VEISEU

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD e demais regulamentos em vigor, convocam-se os militantes da concelhia de Viseu para reunirem em assembleia de secção, no próximo dia 19/04/2013, pelas 20 horas, na Sede do PSD Viseu, sito no Rossio 14 - 2º, Viseu, Portugal, 3510-105 Viseu, com a seguinte ordem de trabalhos:

- a) Informações aos militantes pela Comissão Política Concelhia;
- b) Análise da situação política local e nacional;
- c) Outros assuntos;



**CONVOCATÓRIA
ASSEMBLEIA DISTRITAL DOS TSD - VILA REAL
MURÇA | 27 . ABRIL . 2013 | 15:30H**

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Um - Informações

Ponto Dois - Eleição dos Representantes dos TSD nas Comissões Políticas Concelhias do PSD no Distrito de Vila Real (de acordo com os Estatutos dos TSD - Artigo 44.º, alínea i)

Ponto Três - Análise da situação política

Ponto Quatro - Outros assuntos

O Presidente da Mesa da Assembleia Distrital dos TSD - Vila Real

Dr. José Fortunato Freitas Costa Leite